

MP solicita que Legislativo se pronuncie sobre previdência dos servidores municipais

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco recebeu na tarde de quarta-feira (14), durante a sessão ordinária, um ofício do Ministério Público do Estado do Paraná, 1ª Promotoria com atuação na proteção ao patrimônio público, da Comarca de Pato Branco, assinado pela promotora Silvana Cardoso de Loureiro, solicitando aos vereadores que informem, em um prazo de 24 horas, se serão tomadas providências em relação a situação da previdenciária dos servidores públicos municipais.

O ofício foi encaminhado às 14h22, via e-mail, segundo a oficial de promotoria, Denise Krüger de Quadros, em razão das medidas de contingências e prevenção em face dos riscos de contaminação e disseminação do covid-19 e a necessidade de se reduzir, o quanto possível, a circulação e o contato entre as pessoas.

Segundo o Ofício nº 226/2021-DK, o MP solicita que a Casa de Leis "informe se serão tomadas providências pelos vereadores, tendo em vista que recentemente foi rejeitada pela Câmara Municipal a proposta



Os vereadores receberam o ofício do Ministério Público durante a sessão dessa quarta-feira (14)

de Emenda à Lei Orgânica Municipal, de autoria do Executivo, para adequação de norma cogente da Constituição Federal quanto ao valor da alíquota de contribuição previdenciária; que o Município, ao que tudo indica, não possui déficit atuarial a ser equacionado; que as notícias na imprensa são no sentido de que a reprovação pelos vereadores ocorreu sob a justificativa da necessidade de maior prazo para avaliação e não pelo seu mérito, mas se trata de adequação que já deveria estar concluída no Município e o prazo do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expira na data de 18/04/2021, o que pode resultar em danos

ao erário".

Prazo

Para o cumprimento integral da requisição, a juíza estabeleceu um prazo de 24 horas, a partir do recebimento do documento, para que o Legislativo encaminhe a resposta por e-mail à 1ª Promotoria.

O objetivo do MP, de acordo com o documento, é "acompanhar e fiscalizar a adequação do Regime Próprio de Previdência Social (Patoprev) às alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, no âmbito do Município de Pato Branco, especialmente quanto às providências legislativas relacionadas à alíquota de contribuição pre-

videnciária dos servidores públicos municipais".

Reunião

Ao final da sessão, antes de ler em plenário o ofício encaminhado pelo Ministério Público, o presidente do Legislativo, vereador Joeir Bernardi (PSD), disse que conversou informalmente com os vereadores e propôs uma reunião a portas fechadas na manhã de quinta-feira (15), na Câmara, para tratar sobre a Patoprev.

O objetivo da reunião, segundo ele, é que os vereadores exponham seus pareceres sobre o assunto e que haja uma discussão para que a Casa de Leis decida de que forma dará encaminhamento ao tema.

Vereadores aprovaram projeto de crédito especial para Educação

Assessoria

A Sessão Ordinária desta quarta-feira (14), contou com a aprovação de abertura de crédito especial, no valor de R\$ 1.385.714,00, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o projeto é de autoria do Executivo. No espaço dos convidados, este presente o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP) - Pato Branco, Everson Lopes, convidado pelos vereadores Claudemir Zanco - Biruba (PL), Marcos Marini (Pode) e Romulo Faggion (PSL).

Aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei nº 52, de 2021, de autoria do Executivo, para abertura de crédito especial de R\$ 1.385.714,00, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O valor total, está subdividido em R\$ 300 mil, para aquisição de Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA) - conforme Termo de Compromisso nº 16.076.409-0;

R\$ 537.614,00, destinado para aquisição de mobiliário escolar - conforme Termo de Compromisso nº 202000506-6; e, ainda, R\$ 548.100,00, referente ao Termo de Compromisso nº 201901380-4, destinados à aquisição de dois (02) Ônibus Urbano Escolar Acessíveis (ONUREA). O projeto foi aprovado, juntamente, com a Emenda nº 8, de 2021.

Como convidado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP), Everson Lopes, falou sobre as atividades realizadas até o momento pela APP, entre elas a aprova-

ção do Plano de Carreira dos professores, que ainda não foi posto em prática. Ele também falou sobre reunião realizada com a atual secretária municipal de Educação e Cultura, sobre as condições durante a pandemia e a possibilidade, que havia na época, de retorno das aulas presenciais.

CRO 1894 - CNPJ: 31.959.622/0001-75 - ODONTO TOP PATO BRANCO LTDA

OdontoTop
HOSPITAL DO DENTE

RUA CARAMURU, 180, CENTRO, PATO BRANCO/PR

Fone: (46) 3235-0180 | (46) 99127-7074



Da Redação ADI-PR Curitiba

jornalismo@adipr.com.br

ESA em PG

Uma comitiva do Exército Brasileiro esteve em Ponta Grossa designada para avaliar a estrutura da cidade e discutir a possibilidade de implantação da Escola de Sargentos das Armas (ESA) no Município. "Estamos preparados, aptos e dispostos a sustentar uma aliança que vai atravessar décadas e sobreviver a todos nós", disse a prefeita Elizabeth Schmidt. O encontro foi conduzido pela prefeita e contou com a presença dos secretários Sandro Alex, coronel Romulo Marinho Soares, e de representantes do Instituto de Água e Terra, e das estatais Compagás, Copel e Sanepar.

ESA em PG II

Ponta Grossa está na última fase de disputa de municípios que se candidataram para receber a nova sede da Escola de Sargentos das Armas (ESA). A ESA forma oficiais especializados em operações bélicas, mas pretende ampliar a abrangência e até duplicar o número de militares formados. O novo endereço da nova escola deve ser definido em agosto pelo Comando-Geral do Exército. A estimativa é de investimento de R\$ 1,2 bilhão para a instalação da escola, que deve receber até 2,4 mil alunos internos e formar uma nova comunidade de 9 mil pessoas.

Paraná Mais Cidades

O Governo do Paraná lança o maior programa da história do Estado em repasses a fundo perdido indicados pelos deputados estaduais. Essa será a segunda edição do programa Paraná Mais Cidades, que disponibilizará meio bilhão de reais para investimentos nos 399 municípios. O aporte é 42% maior do que em 2021 (R\$ 351 milhões). O foco é fomentar o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e oferecer assistência direta aos municípios.

No virtual

O Projeto de Lei de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos) foi aprovado em votação simbólica no plenário remoto do Senado Federal. O texto autoriza a realização de assembleias, votações e reuniões dos órgãos deliberativos de associações, fundações, entidades sindicais, condomínios edilícios, organizações religiosas, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, por meio virtual, ou seja, de forma remota.

Cidade Industrial

A esperada Cidade Industrial de Londrina começou efetivamente a sair do papel. A expectativa é que o investimento gere 4 mil empregos diretos e 8 mil indiretos, totalizando 12 mil novas vagas no setor industrial da cidade do Norte do Paraná. As obras já estão dando forma ao terreno que futuramente abrigará 90 lotes industriais.

Vítima da Covid

Morreu o deputado federal José Carlos Schiavinato (PP-PR), 66 anos, em decorrência da covid-19. O primeiro suplente é o ex-deputado Valdir Rossoni (PSDB). Rossoni já foi deputado federal, chefe da Casa Civil no governo Beto Richa (PSDB) e presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). A covid tem forçado a "renovação" nos parlamentos do Brasil.

Calamidade Pública

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o parecer favorável ao reconhecimento do estado de calamidade pública, até 30 de junho, solicitado por 34 municípios paranaenses. A medida auxilia as gestões municipais, principalmente na organização de suas questões fiscais, durante a pandemia.

Empossado

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiano (PSDB), empossou o deputado Ademir Bier (PSD), que assumiu a função parlamentar. Bier assume seu sexto mandato no Legislativo paranaense após o falecimento do deputado Delegado Recalcatti (PSD), ocorrido na última sexta-feira (10).

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br